

Economia - Brasil

Ipea sugere fechar órgãos públicos

■ Instituto de Pesquisa Econômica propõe ao governo a suspensão temporária de vários serviços do estado para fazer economia

JANES ROCHA

BRASÍLIA - Os formuladores do ajuste fiscal que o presidente Fernando Henrique Cardoso deve anunciar nos próximos dias receberam uma sugestão de parar vários órgãos públicos temporariamente para garantir um corte de gastos suficiente para atingir o equilíbrio das contas públicas. A proposta foi feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão do Ministério do Planejamento, inspirada no ajuste feito pelo governo dos Estados Unidos que, durante a execução do bem-sucedido plano de redução do déficit fiscal proposto pelo próprio Congresso, fechou as portas de embaixadas e órgãos governamentais não essenciais e suspendeu serviços como o de concessão de vistos.

"Alguns órgãos poderiam dar uma parada por um período de alguns meses" defende o economista Francisco das Chagas Pereira, que elaborou um conjunto de propostas para contribuir com a equipe econômica, encaminhadas pelo presidente do órgão, Fernando Rezende, ao secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares. Segundo o secretário, essa idéia não resolveria o problema. "De que adianta fechar temporariamente?", comentou Tavares. Mas Pereira insiste e recorre a um Prêmio Nobel de economia para defender sua tese: "Milton Friedman disse em um artigo publicado por uma revista americana, no início dos anos 80, que seria muito mais barato parar algumas instituições e mandar os contra-cheques pelo correio", ilustra Pereira.

As propostas elaboradas por Pereira e a equipe que ele coordena no Departamento de Finanças Públicas do Ipea, não citam nomes de órgãos que podem ser fechados. "Eles (a equipe econômica) sabem o que pode ou não parar". Mas a escolha não seria difícil. Cada um dos Ministérios têm sob sua responsabilidade dezenas de institutos voltados às mais diversas atividades, algumas que simplesmente não podem parar, como as universidades federais e os tribunais regionais, outras muito importantes mas que podem ficar algum tempo parada sem prejuízo da vida dos cidadãos como os próprios institutos de pesquisa; outras meros cabides de emprego.

Os economistas basearam suas propostas no princípio de que o governo tem que fazer um corte drástico e imediato nas despesas de custeio, as únicas que podem ser mexidas sem ter que esperar por alterações nas leis ou por longas votações no Congresso, preservando investimentos essenciais como saúde preventiva, educação fundamental e merenda escolar. "Os cortes deveriam se centrar em gastos não produtivos", diz o documento entregue ao Planejamento.

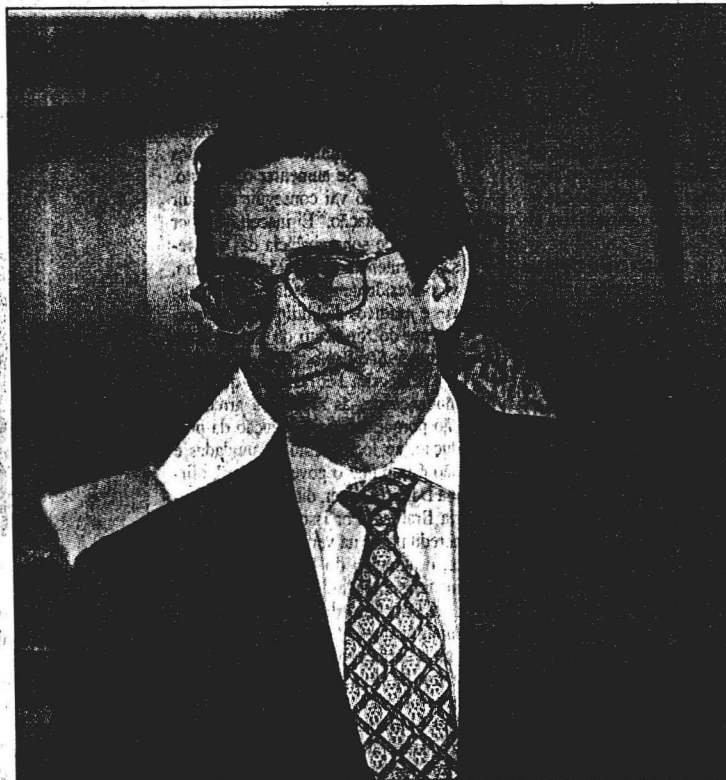
Serviços vitais - Pereira dá uma idéia de gastos não produtivos: programas de administração, defesa, subsídios e incentivos em

geral, ou seja, de coisas pequenas como papel, caneta e xerox até gastos gigantes como contratos com empresas terceirizadas que prestam serviços de limpeza, informática, alimentação etc. além do refinanciamento das dívidas dos agricultores e cooperativas. Mesmo em áreas essenciais há como cortar mais, sem prejudicar serviços vitais para a população. "Os ministérios da Saúde e da Educação geralmente deixam a maior parte dos convênios com as prefeituras para fazer no fim do ano. É um gasto na maior parte com obras, novos postos de saúde, esgotamento e outras que, apesar de importante, pode ser adiado".

Para os economistas, atacando as despesas de custeio de forma drástica, o governo poderia obter um superávit de R\$ 10 bilhões esse ano, e não de R\$ 5 bilhões como foi definido na medida provisória anunciada em setembro, e R\$ 20 bilhões no ano que vem, muito mais que os R\$ 8,7 bilhões previstos no Orçamento enviado ao Congresso. Partiu do Ipea a sugestão de que, paralelamente ao corte de gastos, o governo elevasse a arrecadação tributária com o aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,2% para 0,3%, o que proporcionaria mais R\$ 4 bilhões aos cofres do Tesouro com um imposto de fácil cobrança e que já venceu as resistências dos cidadãos que têm conta em banco. "A gente paga a CPMF e nem sente. Quem vai sentir mais é o mercado financeiro, mas este é um setor que também deve uma contribuição para o ajuste fiscal", diz Pereira.

Ou seja, no biênio 98/99, o governo terá que gerar um superávit primário (resultado das contas antes do desembolso dos juros das dívidas interna e externa) de R\$ 30 bilhões ou 3% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso sem contar os ganhos com a aprovação das reformas da Previdência, Administrativa e Tributária. "O ajuste é um mal necessário. Tem que ser drástico mas rápido, para permitir uma redução da taxa de juros o mais cedo possível e permitir que a economia volte a crescer", aponta o economista do Ipea citando mais uma vez o ajuste americano: "Os Estados Unidos conseguiram equilibrar suas contas porque a economia cresceu, aumentando a arrecadação naturalmente".

Todo o esforço na área de custeio deve permitir preservar gastos importantes como alguns projetos de infra-estrutura previstos no programa Brasil em Ação e os programas de vacinação, que estão na conta de Outras Despesas Correntes. Pereira é contra cortes lineares que atingem indistintamente os programas e coloca esse alerta no documento enviado ao secretário Martus Tavares: "Sugerimos que se cortasse mais em atividades que em projetos, exatamente o contrário do que determina a medida provisória, que mandou cortar 20% em projetos e 7% em atividades".



Tavares, do Planejamento, não vê vantagem em cortes apenas temporários

O QUE PROPÕE O IPEA

■ A proposta do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) baseia-se na opinião de que o governo tem que fazer um corte drástico e imediato nas despesas de custeio do governo;

■ Despesas de custeio são as destinadas ao funcionamento da máquina mas não envolvem folha de pagamento;

■ As despesas de custeio são as únicas que podem sofrer alterações sem esperar por leis ou autorização do Congresso - o que adiará o ajuste;

■ A idéia do Ipea é inspirada em cortes feitos nos gastos do governo americano, elaborados pelo Congresso dos Estados Unidos;

■ A principal proposta é o fechamento temporário - durante alguns meses - de órgãos governamentais considerados "não essenciais", como embaixadas e agências de serviços públicos;

■ Os autores do trabalho sugerem cortar programas de administração, defesa, subsídios e incentivos em geral. Os cortes iriam de coisas pequenas como papel, caneta e xerox até gastos gigantes como contratos com empresas terceirizadas que prestam serviços de limpeza, informática, alimentação, etc;

■ Sugere-se também suspender o refinanciamento das dívidas dos agricultores e cooperativas.